



A importância do Dois de Julho de 1823 para a Independência do Brasil

Cada vez que piso o solo baiano, lembro: aqui foi garantida a Independência do Brasil. Garantida na luta do povo da Bahia para assegurar a vitória.

O Dois de Julho [de 1823] deve ser recuperado sempre como data nacional. Não marca a libertação da Bahia. Marca o rompimento com o domínio colonial de mais de três séculos.

A Bahia se levantou contra as cortes e o governo do rei D. João VI e aclamou o governo do príncipe Dom Pedro. Negou a pretensão de manter o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. E não aceitou também o projeto do governo de então que examinava a possibilidade do rei D. João VI voltar para o Brasil e ser aclamado rei. Rei do Brasil.

O Dois de Julho deve ser uma louvação, um reconhecimento à bravura do nosso povo. Aos tantos trabalhadores pobres e escravizados, negros libertos de tantas cidades, especialmente do Recôncavo, cuja coragem e disposição de luta asseguraram a vitória, a independência do Brasil. Não é possível esquecer também a participação, a solidariedade de sergipanos, alagoanos, pernambucanos, paraibanos, potiguares, cearenses, além de fluminenses, paulistas e mineiros. A Bahia atraiu muita gente, muita solidariedade.

Hoje, neste Dois de Julho de 2023, exatos dois séculos passados, o povo caminha do Largo da Lapinha à Praça da Sé e da Praça da Sé ao Campo Grande. Fiz esse percurso ano passado e foi emocionante. São manifestações para recordar e celebrar a vitória da guerra pela Independência do Brasil na Bahia, guerra que decidiu que seríamos uma nação independente.

O Dois de Julho não é só uma data da Bahia. É uma data que devia ser mais conhecida e celebrada em todo o país. Pelo inegável significado histórico na construção do Brasil como nação soberana. E lembrado sempre também porque é resultado da mobilização popular, de uma luta que é contínua. Vem desde muito tempo, e continua hoje, a luta pela independência e soberania do Brasil, de emancipação do nosso povo. Viva o Dois de Julho de 1823! Viva os 200 anos de Independência do Brasil! Viva o povo brasileiro!

Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente da República Federativa do Brasil.

A Bahia na vanguarda da Luta por Liberdade

Os 200 anos de emancipação política do Brasil em relação a Portugal são completados em um momento particularmente importante para a história política do Brasil. Momento no qual o país vive um processo de restituição das suas bases democráticas ainda há pouco profundamente degradadas.

Retomar a Democracia não apenas como uma forma de governo, mas, sobretudo, como uma forma de vida perpassa pela afirmação de valores fundamentais para a experiência democrática, a saber: a justiça, a igualdade e a liberdade. E é neste cenário, em que exemplos de lutas e afirmação de liberdades se impõem como uma necessidade imperiosa, que a Bahia se reafirma como um Estado de importância político-pedagógica para o Brasil.

O emblema "Bahia, Terra da Liberdade", que acompanha o selo do Plano de Ações do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, lançado pelo Governo do Estado, não foi escolhido por acaso: muitos são os exemplos de lutas por igualdade, justiça e liberdade, registrados pela historiografia baiana. Todos eles constituídos pela presença marcante das camadas mais populares. Merece destaque a Conjuração Baiana, de 1789; evento que já guardava em seu núcleo de ação germens de liberdade e manifesto desejo de extensão de cidadania e direitos para o conjunto da população mais ampla. Para os revoltosos, isso só seria possível através do

rompimento com a metrópole portuguesa. O desejo de emancipação política já existia, portanto, desde o século XVIII. Ou seja, antes mesmo da chegada da família real no Brasil, em 1808. O que denota que a própria independência política do Brasil foi resultado de um longo processo que começou bem antes do tão propalado "Independência ou morte", às margens do Ipiranga, em sete de setembro em 1822.

A Bahia se coloca, neste sentido, em um lugar de vanguarda não apenas nas lutas por liberdade, mas até mesmo em defesa de um projeto de nação no qual o povo deve estar incluído. O Império e a República foram exitosos em dar ao Brasil um Estado, mas não o constituíram como uma nação em sentido pleno. Apesar da proximidade dos termos, Estado e Nação não são sinônimos: a substância que da forma ao primeiro é de natureza humana; são as pessoas. Já o segundo, é constituído, para além das pessoas, pelo sentimento de pertencimento. O que só é possível quando há o reconhecimento das diferenças e a integração da diversidade. Isto é, quando há um "povo" - no sentido de uma comunidade de cidadãos. E, no Brasil, o povo sempre foi relegado a segundo plano pelas forças dirigentes nos momentos mais decisórios da nossa história. Não por acaso o escritor Lima Barreto escreveu, de maneira irônica, que "o Brasil não tem povo, tem público". Pois, nessa condição o povo teria assistido à proclamação da República e também nessa condição teria assistido a Independência do Brasil contada pela historiografia oficial. Ocorre que é justamente o que não aconteceu nos levantes baianos bem como na própria guerra de independência travada aqui na Bahia. Antes, estes integraram o povo em sua diversidade em torno de uma "comunidade imaginada": uma comunidade indistinta de baianas e brasileiros.

Sem um Exército Brasileiro organizado, o povo se reuniu em torno de um sentimento e de um objetivo comum: defender a já amada pátria. A participação de homens, mulheres, agricultores, negros escravizados e libertos, trabalhadores pobres e indígenas foi decisiva para a consolidação da real Independência do Brasil.

Através dessa expressiva participação popular é possível notar uma verdadeira territorialização da guerra travada na Bahia em que muitos municípios do interior do estado colaboraram para as nossas lutas: enviando voluntários, armas, mantimentos, ou mesmo travando em seus territórios modos diversos de resistência. E é justamente em função dessa diversidade de participação popular que as referências da Independência do Brasil na Bahia foram sendo constituídas em torno não de um, mas de uma diversidade de personagens: Maria Quitéria, Maria Felipa, Joana Angélica, o general Labatut, o Cometeiro Lopes, João das Botas, as Caretas do Mingau, dentre outras. Apontando, mais uma vez, para a dimensão coletiva que exige a construção de uma nação.

O historiador baiano João José Reis escreveu que a Bahia tem personalidade de país, e o 2 de Julho é o seu principal mito de origem. Essa é uma afirmação que nos possibilita interpretar o potencial que a Bahia tem de ofertar ao Brasil uma outra imaginação de país, que tenha como mito fundador uma história tecida e representada pelo povo e por suas lutas. Afinal, é isso que o cortejo 2 de julho representa. O cortejo que, aliás, é uma das celebrações populares mais bonitas do país justamente em virtude da sua diversidade; e que consta, desde o ano que se seguiu a expulsão das tropas portuguesas, no calendário cívico da Bahia. Ele é um momento fundamental para pensar a nossa memória coletiva; reafirmar as nossas tradições; e o nosso projeto inclusivo de nação. Além da sua capacidade, simultânea, de nos instigar e encantar. O cortejo do 2 de Julho, neste ano de 2023, em que celebramos o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia não poderia ser diferente.

O Governo do Estado segue firme e convicto da importância de preservar a história e a memória da Independência do Brasil na Bahia. Com a otimista expectativa de que este Diário possa contribuir para afirmar, ou mesmo fazer germinar, as bases cognitivas e afetivas de um sentimento de nação que tenha o povo em seu centro. E que a história da Independência do Brasil, ocorrida aqui na Bahia, possa inspirar outros estados da Federação. Afinal, se existe um ponto de partida a partir do qual a democracia no Brasil será reafirmada, esse ponto, sem hesitar, é a Bahia! O nosso ano nos convoca e nos consola quando afirma: "nunca mais, nunca mais o despotismo, regerà, regerà nossas ações...".

Jerônimo Rodrigues,
Governador do Estado da Bahia.

Uma história assentada em artefatos culturais

O poder da História tem a ver com a história do Poder. E o Poder no Brasil foi historicamente constituído pelos valores daqueles que conduziram um processo extenso e violento de colonização: as elites europeias. A história que, durante muitos anos, nos foi contada foi a história elaborada e disseminada por essas elites. Uma história consequentemente marcada pela ausência daqueles e daquelas que efetivamente a construíram: o povo. Colorir de gente essa história apresentada em um quadro de memória um tanto acinzentado tem sido a grande tarefa a nós colocada. Afinal, a despeito de todo o apagamento - simbólico e físico - o povo tem sido fundamental para a construção do Estado brasileiro enquanto uma Nação.

Neste ano em que celebramos o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, o Governo do Estado se lançou no desafio de somar esforços junto ao povo em sua disputa de narrativa em torno de uma outra História que reconheça o protagonismo e a diversidade popular. Neste caso, a real história da Independência do Brasil.



Governo do Estado da Bahia

Governador do Estado

Jerônimo Rodrigues Souza

Vice-Governador do Estado

Geraldo Alves Ferreira Júnior

Secretário da Casa Civil

Afonso Bandeira Florence

EGBA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO**Diretor Geral**

Robson Santos de Araújo

Diretor Técnico

Ícaro Rafael Vasques Lutigards



Ao leitor: O Diário Oficial do Estado é uma publicação da Empresa Gráfica da Bahia que circula em cinco edições semanais, de terça a sábado. O D.O.E., como é conhecido, é composto de quatro cadernos:

Executivo – Caderno destinado à publicação das leis e decretos do Governador do Estado da Bahia, dos diversos atos da administração direta e indireta do Poder Executivo e ainda dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

Diversos – Caderno destinado à publicação de editais de convocação, atas, balanços e demais atos de empresas, fundações, associações e outras entidades de direito privado.

Licitações – Caderno criado em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia, destinado à publicação de todos os atos da Administração Pública Estadual referentes a licitações tais como: avisos, resultados e homologações, recursos, contratos, leilões, dispensas e inexigibilidades e outros.

Municípios – Caderno destinado à publicação dos atos das Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos Municípios do Estado da Bahia.

LOCAIS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO

Sede | EGBARua Mello Moraes Filho, 189,
Fazenda Grande do Retiro
CEP: 40.350-900Horário de atendimento:
das 8h às 12h e das 13h às 17h**Ouvidoria**

ouvidoria@egba.ba.gov.br

Sítio

www.egba.ba.gov.br

Serviços:**Assinaturas Diário Oficial do Estado**

71 3343-2865 | assinatura@egba.ba.gov.br

Suporte DOOL

71 3343-2887

Publicações

71 3343-2850 / 2133 | publica@egba.ba.gov.br

Serviços Gráficos

71 3343-2800 / 2805 / 2837 / 2838 | encomendas@egba.ba.gov.br

Certificação Digital

71 3343-2886 | certificacao.digital@egba.ba.gov.br

Gestão Documental e Logística71 3343-2824 / 2856 | Logística: 71 3343-2880
gestao.documental@egba.ba.gov.br**Pesquisa no Diário Oficial do Estado**71 3343-2817 / 2885
pesquisadiario@egba.ba.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Publicação centímetro/coluna por caderno

Diversos - R\$ 221,00

Municípios - R\$ 123,77

Formas de pagamento: Espécie, cheque nominal à Empresa Gráfica da Bahia, boleto bancário, cartões de crédito Visa e Credicard, nota de empenho órgãos públicos

O Diário Oficial do Estado é comercializado exclusivamente na Empresa Gráfica da Bahia.

Esta iniciativa, cujo objetivo é ressignificar o sentido da emancipação política do país, tem sido buscada através do envolvimento de toda a sociedade baiana, brasileira e até mesmo internacional. A política que estamos promovendo, portanto, é uma política que rompe barreiras por não estar restrita a um território e atinge outros municípios; ultrapassa os limites do Estado e chega em outras unidades da federação; e as fronteiras do país, chegando a outras nações. O que exigiu de nós muita dedicação e um trabalho intenso para que uma rica programação fosse elaborada. A exemplo da nossa rota Bahia: Memórias de Lutas e Liberdade, uma verdadeira territorialização das celebrações na qual percorremos vários dos municípios que contribuíram, de alguma forma, para a consolidação da nossa Independência, inaugurando marcos culturais; promovendo aulas públicas; e apresentações lúdicas com potencial de envolvimento da população local.

Em parceria com a Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura tem levado para dentro das escolas o tema da Independência do Brasil na Bahia de forma muito criativa e interativa, com gincanas; conteúdos produzidos pelos próprios estudantes, como mini documentários; materiais didáticos comprometidos com a temática; além de um curso específico de formação para professores sobre a história de Independência.

Temos, ainda, a partir de um eixo de celebrações, uma série de ações culturais das mais diversas linguagens artísticas. Isto é, daqueles que executam atos de lembrança histórica assentados em artefatos culturais. Ainda nesse mesmo eixo, realizaremos o II Seminário Internacional Independências das Américas, em parceria com várias universidades. Atividade que visa promover a aproximação entre a academia e a sociedade em torno da reflexão sobre o nosso processo de independência e o modo como ele se insere num contexto geopolítico de lutas por independência na América Latina, de modo mais amplo. Entusiasmados por essa geopolítica da independência, realizaremos um evento, em parceria como o governo argentino, objetivando reunir a comunidade sul-americana para celebrar o bicentenário. Esperamos, assim, demarcar a devida importância que damos ao estreitamento das nossas relações bilaterais com os nossos vizinhos bem como sinalizar o nosso reconhecimento do papel fundamental que a Argentina desempenhou ao se colocar como o primeiro país a reconhecer a nossa independência, em maio de 1823.

Esta edição especial do Diário Oficial do Estado integra esse conjunto de ações e se insere no que chamamos de eixo de Memória e Legado. Afinal, pensamos não só no que está na ordem do dia, mas sobretudo no legado que precisa ser deixado para gerações futuras. Acreditamos que materiais como este que estão sendo elaborados e publicados e que, seguramente, guardam uma dimensão de ordem pedagógica, ficarão para história dado seu potencial de circulação de conhecimento e de informação.

Esta e outras publicações, em versão digital, serão compostas por artigos diversos traçando um retrato da Bahia atual e resultarão em uma versão impressa que figurará como um documento histórico importante para preservação da nossa história e memória. Importante acentuar que esta versão emerge em um ano politicamente importante para o país. Ano em que o Brasil retoma a sua caminhada democrática e a Bahia se afirma como Terra da Liberdade. E não apenas uma liberdade formal, mas uma liberdade acompanhada de oportunidades reais de exercê-la.

Bruno Monteiro,
Secretário de Cultura do Estado da Bahia.

Bicentenário da Independência da Bahia e do Brasil: o legado para a educação

Independência e educação, mais que palavras com significados próximos, são vocábulos repletos de intencionalidade com a capacidade de transpor a historiografia baiana e nacional e, duzentos anos depois, ainda acender a chama de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo a educação como o eixo fortalecedor do significado do 2 de julho em 2023.

As ações comemorativas do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia envolvem ações educacionais e curriculares nas Unidades Escolares, como: Memórias de lutas e liberdade (rota da independência); Festivais Educacionais da Independência; Lançamento de documentários inéditos sobre o Bicentenário da Independência; Hackathon Independências; Curso de Formação para educadores sobre a História da Bahia; Museu Virtual com um vasto acervo sobre o 2 de julho; Publicações de livros paradidáticos; Concursos, Feiras Literárias e Festivais estudantis sobre a memorável data, tudo isso envolto em uma visão crítica do processo, destacando elementos como a luta popular, memória, patrimônio cultural e políticas afirmativas e de reparação.

Os ideais da independência, consolidados no solo da Bahia, no nosso tempo histórico, motivam e alavancam políticas educacionais de permanência estudantil nas Unidades Escolares como o Bolsa Presença, o Programa Mais Futuro, o fortalecimento da alimentação escolar e as construções das novas escolas estaduais de Tempo Integral, verdadeiros templos da educação baiana no ano do Bicentenário da Independência.

A conquista da independência do Brasil na Bahia em tempos passados, é aqui também confirmada, através do processo educacional, materializado diariamente nas escolas e salas de aula, alcançando 700 mil estudantes da Rede Pública Estadual, consolidando a independência de baianas e baianos.

É imprescindível aproveitar a data cívica para associar os símbolos da independência reafirmando os princípios da educação para formar para a liberdade, a democracia e o exercício pleno da cidadania. É uma data comemorativa de uma conquista popular que diariamente consolida as raízes da nação brasileira.



Nas ações no âmbito das escolas estaduais e de todos os atos cívicos e publicações inerentes ao 2 de julho, acolhemos o desafio de grifar o destaque que o marco histórico assume no ensino da história do Brasil e da Bahia, no ensino da geografia, na presença nos capítulos dos livros didáticos, nos Projetos Pedagógicos das Unidades escolares.

Avançar na interiorização das comemorações, para em todos os lugares, alcançar a compreensão plena do sentido do 2 de julho para o Brasil, trazendo o “fogo simbólico”, com as suas heroínas e heróis, chegando nas escolas do campo, quilombolas, indígenas, e em todos os territórios de identidade da Bahia, cumprindo o resgate histórico e fortalecendo a identidade do nosso povo, engrandecendo as nossas raízes e ancestralidades, valorizando o patrimônio material e imaterial do nosso Estado, e promovendo através da educação a independência e emancipação da nação.

Só a educação prepara as filhas e filhos que heroicamente defendem e defenderão a nossa Pátria dos tiranos e assim continuar trilhando caminhos firmes e avanços significativos na educação pública como a mais eficaz pactuação social que constitui verdadeiramente nosso povo.

SALVE O 2 DE JULHO, SALVE A BAHIA! SALVE O BRASIL.

Adélia Pinheiro,
Secretária da Educação do Estado da Bahia.

Direito, memória e a luta por Justiça 200 anos depois

Comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia não é apenas um tributo ao passado, mas também um compromisso com o presente e o futuro. Por um lado, é uma oportunidade de comemorar a presença heróica dos bravos lutadores e lutadoras da Independência e de repor o lugar do estado da Bahia na resistência que culminou na emancipação política do Brasil em relação a Portugal. Por outro lado, a comemoração do “2 de julho” é uma oportunidade de nos perguntarmos: o que significa hoje declarar a Independência? Quais são os gritos de liberdade do Brasil que ecoam na Bahia 200 anos depois de 1823?

A história da cidadania no Brasil é marcada por intensas batalhas em torno da valorização do espaço público, da constituição de uma agenda de políticas públicas voltadas à inclusão social e por constantes embates acerca do sentido formal da igualdade e da sua significação material na vida das brasileiras e brasileiros.

Nesse contexto, os desafios atuais do acesso à justiça e dos direitos humanos se entrelaçam com a luta de grupos minorizados. A justiça deve ser acessível a todos, independentemente de gênero, raça, classe social ou orientação sexual. No entanto, ainda enfrentamos obstáculos no campo institucional, como a seletividade na qualidade do acesso aos serviços públicos e a justiça, a falta de representatividade nas instâncias de decisão e o racismo, a misoginia e a lgbtfobia que perpetuam as desigualdades sociais.

Se é verdade que foi no 2 de julho de 1823 que se deu o marco definitivo da Independência do Brasil é certo também que foram nas décadas subsequentes que os intentos daqueles heróis e heroínas foram se delineando enquanto realidade, tendo sido necessária ainda muita luta para a obtenção de cada conquista. 1823 foi um marco, e as conquistas e reconhecimento têm sido paulatinas.

Interessa lembrar que em 1888, quando os movimentos abolicionistas culminam na abolição da escravidão no Brasil, aqui na Bahia, desde então, em Santo Amaro da Purificação, os Terreiros de Candomblé unidos rogam na única cerimônia religiosa realizada na rua, pela emancipação do povo negro. Na sabedoria do axé já se sabia que este marco da emancipação necessita ser alimentado e a luta e memória renovadas.

Um século depois outra vez nos orgulhou a participação de homens e mulheres nordestinas na elaboração da Constituição Cidadã de 1988, num novo marco para garantia de direitos escritos no maior símbolo democrático brasileiro reconhecendo os segmentos populacionais quilombolas, indígenas, ativos nas lutas por melhorias de vida dos seus povos, mas silenciados pela história contada pelas elites. Esse episódio da história deixa os tempos autoritários da ditadura no passado e conclama novamente o povo para a participação.

Na Bahia, a partir de 2007, interrompemos um longo ciclo de governos autoritários e criamos espaço para processos participativos e conquistas que alegam o nosso povo e permite trazer à luz as mazelas remanescentes de um longo histórico de violações que passam a ser atacadas de frente. Muito foi feito de lá para cá, todavia, persistem desafios que passam pela necessidade de defender os direitos humanos como o centro da agenda democrática. Apenas por meio da luta por justiça e liberdade será possível concluir o projeto que os pioneiros da independência inauguraram. Não é admissível viver num país em que a cor da pele, a identidade de gênero ou a orientação sexual, a idade, a ascendência ou o território de moradia ou nascimento importam em bloqueios à cidadania das pessoas.

As vitórias no campo da luta por direitos nunca são definitivas. É sempre necessário mantermo-nos vigilantes para que os retrocessos e ameaças não sepulsem as conquistas e para que os grupos sociais historicamente excluídos tenham seus direitos assegurados e possam conduzir com autonomia o destino de suas vidas. Neste sentido, é muito importante, refletir sobre os desafios atuais do acesso à justiça, da promoção dos direitos humanos e da cidadania como forma de manter vivo o espírito de liberdade, mas também como sinalização sobre os problemas persistentes que seguem desafiando a sociedade, governos e autoridades públicas.

Felipe Freitas,
Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

2 de Julho: nós, por nós mesmos

Como há 200 anos, neste 2 de Julho de 2023, a sociedade baiana oferece uma generosa lição de brasilidade ao Brasil. Mais uma vez este país-promessa renasce na terra-mãe de todos nós, onde nasceu, para reescrever a sina que nos ensina a viver Pindorama: onde houver luta, há esperança.

Sobretudo depois do 8 de janeiro de 2023, irmão natimorto do 7 de setembro de 2022, estamos a viver uma experiência histórica que faz deste Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, muito mais do que uma ephemeride.

A data é, sim, argumento definitivo na peleja para se compreender sua importância para viventes de qualquer parte dos mais de 8,5 milhões de km². Território mantido íntegro à custa do sangue mestiço derramado nas batalhas travadas nas temidas províncias do norte. Sim! As províncias do norte... Onde há luta, há esperança, ensina a história.

Uma das belezas deste Bicentenário é isso: enquanto defendemos o valor da data, lembramos também que não foi coisa só da brava gente baiana. Tínhamos um longo histórico de levantes contra todas as desumanidades do colonialismo, começando pela escravidão e o genocídio. Mas veio gente dos quatro cantos para a luta preparada desde antes do Ipiranga. Assim como lembramos e reivindicamos o devido reconhecimento para as batalhas duríssimas ocorridas daqui até o Pará.

Outra luz desta nossa efeméride é a reparação construída e conquistada em honra aos nossos ancestrais e ao legado de coragem de quem oferece sua propriedade mais valiosa, o próprio corpo, em oposição à iniquidade. Às pessoas heroicas de 2 séculos atrás, correspondem descendentes que certamente se sentem bem representados pelo mestre Luis Henrique Dias Tavares. O faro de jornalista comprometido com a precisão, talvez o tenha inspirado no rigor do método científico. O coração comunista talvez o tenha inspirado a enxergar mais lentes a cada primeiro dia de aula, por detrás dos olhares atentos ao professor.

Há pelo menos 2 gerações de discípulos de Luis Henrique, além de remanescentes de sua geração de incríveis na pesquisa histórica, todos com algum protagonismo nas batalhas de hoje. Esta própria edição histórica do Diário Oficial do Estado é parte da luta colaborativa para reescrever a nossa história em ato coletivo de reparação. Como há 200 anos, somos nós por nós mesmos.

Na reescrita, devolve-se o justo protagonismo a quem lutou e venceu, promovendo a precedente, o absurdo da história de uma guerra só agora mais conhecida e mais bem contada pelos efetivos vencedores. A reescrita coletiva mobiliza crias da geração de Tavares, e novas crias se formam a partir da leitura da sua produção acadêmica e literária.

Há uns poucos anos, um novo exército pacificador iniciou a marcha gloriosa, porque em glória a ancestrais que conquistaram a “vitória pelos mares e campos baianos”. Hoje, como 200 anos atrás, o povo estará nas ruas em justíssima auto-reverência. Festa da felicidade cívica, celebração da liberdade, como fazemos desde 1824.

Ainda estamos longe da realização do sonho de justiça que nos conduziu à vitória naquele 2 de Julho. Assim como as marcas da escravidão estão bem presentes. O país parido na luta insiste em ter esperança de fazer-se nação plena, e a reescrita da história da Independência do Brasil na Bahia é mais uma contribuição da nossa brava gente baiana - conceito que alcança quem nasceu e quem escolheu renascer aqui.

No próximo ano, outro bicentenário: o da celebração. Como há 200 anos, somos nós por nós mesmos.

Ernesto Marques,
Presidente da Associação Bahiana de Imprensa.

A Independência do Brasil na Bahia no contexto escolar: construções identitárias através das lutas populares

Tratar da nossa história é um convite em busca do reconhecimento das nossas identidades, seja individual ou coletiva. Conhecer os processos, as lutas, derrotas e vitórias, nos permite compreender quem somos, valorizando os passos, construídos até aqui, como experiência de uma memória do passado, ligando às vivências do presente. Assim, podemos entender que a História da Independência do Brasil, ocorrida na Bahia em 1823, é o maior e mais significativo marco histórico que proporciona o fortalecimento dessas identidades (baiana(o), negra(o), mulheres, homens, brasileiro(a)), especialmente se considerarmos o ambiente escolar como espaço formativo, propício ao (RE) conhecimento e valorização da nossa história/identidade.

O Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia é uma grande oportunidade de evidenciarmos a complexidade e a riqueza dessa temática e suas variadas conexões, considerando que não é apenas uma data comemorativa, mas um conjunto complexo de questões experimentadas, projetadas e construídas pelo povo baiano durante o ano inteiro, tendo seu auge no dia 2 de Julho.

Nessa perspectiva que consideramos válido chamar atenção e oferecer ao público, especificamente as(os) estudantes da Educação Básica, através da produção didática e experiências pedagógicas, outras perspectivas/visões e narrativas que fazem parte da nossa

História, das lutas pela emancipação do Brasil. Preenchendo os espaços que secularmente foram silenciados e excluídos do currículo escolar baiano, e ainda do contexto nacional. Essas ausências de narrativas evidenciam a necessidade de novos olhares e ações, na tentativa de provocar e principalmente resgatar nossa história e importância para a formação do nosso país.

A escola deve assumir esse papel como instrumento de mediação na construção das identidades das(os) alunas(os), viabilizando e tornando o ensino da História da Independência, presente em suas propostas pedagógicas, trazendo para o centro do debate, mulheres e homens, negras e negros que participaram desse marco da nossa história, propondo assim, um ambiente escolar promotor de uma formação cidadã, diversa/múltipla e democrática.

Tamires Costa,
Mestre em História pela UFRB.

EGBA DOOL

Portal e aplicativo que oferecem acesso a informações publicadas no Diário Oficial do Estado.

dool.egba.ba.gov.br



EGBA DIÁRIO OFICIAL PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras, com baixo custo e segurança.

EGBA: 71 3116 2850 / 2133 • www.egba.ba.gov.br



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO



SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão offset - rotativa e plana.

Impressão digital e com dados variáveis (carnês de IPTU, provas de concurso, faturas, boletos e outros impressos personalizados).



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO

Sede Egba
71 3116 2837/2838
www.egba.ba.gov.br



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade e segurança nas transações eletrônicas.

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

Sede Egba
71 3116 2137
www.egba.ba.gov.br



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO

